

CATEGORIA EXIGE O PAGAMENTO DO REAJUSTE DO PISO SALARIAL/2023

O SINTEPP oficializou ao governador Helder Barbalho a cobrança do reajuste do Piso Nacional do Magistério em 14,945%, que foi definido através da Portaria Interministerial nº 6, de 28/12/22, publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 29/12/2022.

A referida Portaria Interministerial estimou o Valor Aluno Ano do Ensino Fundamental Urbano (VAAF), que serve de referência para o reajuste anual do piso do magistério, com base na Lei 11.738 e no Parecer AGU nº 00400.023138/2009-11.

O reajuste do Piso Nacional do Magistério é definido pela diferença percentual entre o VAAF 2021 (R\$4.462,83) para o VAAF 2022 (R\$5.129,80), estabelecendo-se assim um aumento de 14,95%.

A atualização do piso é autoaplicável, ou seja, não necessita de regulamentação para ser feita, embora desde 2010 o Ministério da Educação (MEC) faça o anúncio formal do valor vigente a cada ano, que deve ser feito a qualquer momento.

O piso é o valor inicial da carreira que, no Pará, segue sem ser atualizada pelo governo Helder Barbalho. Em 2019, metade da categoria teve sua carreira atualizada, ficando a outra metade para ser atualizada em 2020, o que não foi cumprido pelo Estado.

O coordenador geral do SINTEPP, Vanildo Cruz, alerta ainda para o fato de que o governo Helder fez diversas manobras para descaracterizar o piso no Pará, o que vai exigir de nossa categoria grande mobilização.

“O governador Helder se dedicou para a desconstrução do piso no Pará, seja com a desvinculação das Aulas Suplementares do vencimento base, seja através da absurda decisão do STF, que após 11 (onze) anos de decisões favoráveis à nossa categoria deu um verdadeiro “cavalo de pau” e decidiu que a Gratificação de Escolaridade integra o vencimento. Isso não impede Helder de garantir o reajuste, mas deverá ser usado contra nossa categoria para não se reajustar os 14,945%, em acordo com a Lei do Piso” salientou.

“Embora estejamos próximos da finalização do calendário letivo, precisamos desde já nos colocar em estado de alerta, e nos prepararmos para as mobilizações de lutas, se quisermos nosso direito garantido” afirmou Conceição Holanda, também coordenadora geral de nossa Entidade.

O SINTEPP prepara o lançamento da Campanha Salarial 2023, e desde já convoca a categoria a se somar nas lutas de nosso tempo.

Juntos/as somos mais fortes!



Sintepp Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Pará
Fundado em 1973

Ofício nº 001/2023
Belém, 04 de janeiro de 2023

Exmo. Senhor
HELDER BARBALHO
Governador do Estado do Pará

O Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Pará – SINTEPP, conforme publicação no Diário Oficial da União (DOU) de 29/12/2022 da Portaria Interministerial nº 6, de 28/12/22, que definiu a última estimativa do Valor Aluno Ano do Ensino Fundamental Urbano (VAAF), sendo esta a referência para o reajuste anual do piso do magistério, com base na Lei 11.738 e no Parecer AGU nº 00400.023138/2009-11.

Como é sabido, o valor percentual do reajuste do Piso Nacional do Magistério é a diferença percentual entre o VAAF 2021 (R\$4.462,83) para o VAAF 2022 (R\$5.129,80), atingindo-se o aumento de 14,95%.

Sendo assim, reivindicamos que o Estado do Pará garanta o referido reajuste, e aproveitamos o ensejo para solicitar audiência com V.Exª para discutir e seguirte pauta:

1. Reajuste do Piso 2023 (14,95%);
2. Emissão do PCCR unificado para aprovação na ALEPA;
3. Jornada de Trabalho do magistério;
4. Atualização das Progressões;
5. Reajuste do Auxílio Alimentação;
6. Reformas das Escolas Estaduais;
7. Preparação para o pagamento dos Precatórios do FUNDEF;
8. Concurso Público para todos os cargos e níveis em que haja necessidade;
9. Retroativo do Piso 2016

Atenciosamente,

JOSE MATEUS
ROCHA DA
COSTA
FERREIRA 467059
29000
Coordenação de Secretaria Geral

Assinado de forma
digital por JOSE MATEUS
ROCHA DA COSTA
FERREIRA 467059298
Data: 2023.01.04
11:07:24 -0500

PROCESSO
ELETRÔNICO
2023/116 04
PROTOCOLADO EM 05/01/2023
HORAS 05:01:38
POR [assinatura]

NOVO SECRETÁRIO DE HELDER E EX-MINISTRO DE TEMMER FOI SENTENCIADO A RESSARCIR OS COFRES PÚBLICOS

O governador Helder Baralho anunciou na última semana do ano de 2022 a troca de cadeiras na SEDUC, passando, portanto, a assumir as funções de Secretário de Educação a partir deste mês de janeiro o advogado Rossielli Soares. Secretário de Educação do Governo de São Paulo até abril passado, Soares deixou o cargo para concorrer a Câmara de Deputados, porém não conseguiu se eleger e agora passa a integrar a equipe de governo de Helder.

Além da atuação em SP, o novo Secretário de Helder também atuou no Estado do Amazonas e no Ministério da Educação, durante o governo Michel Temer, sendo o substituto de Mendonça Filho na pasta ministerial. Em 2017 Rossielli foi condenado a devolver aos cofres públicos o montante de R\$ 2,2 milhões, multas e glosa aplicadas a sua gestão como Secretário de Educação do Amazonas por obras nas escolas do Estado que foram pagas, mas não executadas.

O desmonte da carreira docente protagonizado por sua gestão na Secretaria de Educação de São Paulo também merece toda a atenção de nossa parte. Não aceitaremos que nossos direitos sejam dilapidados por gestores importados.

No período que esteve a frente do MEC, Rossielli foi um dos responsáveis diretos das tentativas de implementação do “novo” ensino médio, projeto categoricamente rejeitado pela classe educacional brasileira, visto que pretendia alterar currículos, implementar itinerários formativos e obrigar professores a cobrir aulas de fora de suas disciplinas, impondo uma desqualificação pedagógica perigosa para a formação de nossos discentes.



EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL SEM QUALIDADE É FALÁCIA

Helder também usou suas redes sociais para justificar a contratação de Rossielli. Dentre suas principais argumentações está a propaganda de expansão das escolas em tempo integral no Estado, as ETI's.

Para nós, no entanto, é mais que urgente que o Estado observe quais são as condições estruturais reais para o desenvolvimento desta modalidade de ensino em nossas escolas. Temos hoje, por exemplo, em funcionamento no Pará de cerca de 30 escolas com este formato. As reclamações de falta de alimentação

escolar para os dois turnos e de espaços inadequados e inapropriados para o exercício de atividades educacionais são uma constante.

No chão da escola não se vive de propagandas, Sr. Governador! Exigimos celeridade na execução de nossas reivindicações. Ou seja, como costuma ser usado em suas publicidades: “Bora trabalhar!”. Vamos, com certeza, para que a educação receba o respeito e investimento que nossa categoria e nossos estudantes merecem!